

Telma de Barros Correia

O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da F.N.M. de Atílio Correia Lima

Resumo

No Brasil a construção de vilas operárias e de núcleos fabris por empresas iniciou-se na segunda metade do século XIX, com o surgimento de aglomerações com organização espacial seguindo diretrizes estabelecidas pelo proprietário ou por engenheiros envolvidos no empreendimento industrial. Raramente tais diretrizes se materializavam na forma de um plano urbano completo e justificado conceitualmente. A partir da década de trinta do século XX assistiríamos a uma inovação significativa na forma de organização desses lugares: a emergência da figura do arquiteto e urbanista elaborando planos urbanos para vilas e núcleos fabris. Tais planos ora revelam uma nítida inspiração no modelo cidade-jardim como é o caso dos núcleos fabris de Harmonia e Lagoa criados pela Klabin no Paraná, ora evidenciam uma forte influência do urbanismo dos primeiros CIAM como foi o caso da proposta elaborada por Lúcio Costa para Monlevade em Minas Gerais.

O trabalho trata do Parecer sobre o plano da Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores elaborado em 1943 por Atílio Correia Lima, contendo as diretrizes gerais que o arquiteto julgava que deveriam nortear o projeto que havia sido convidado a realizar. Sua morte naquele mesmo ano o impediu de concluir o plano, fato entretanto que não reduz a importância de seu parecer, enquanto um esforço de traduzir no âmbito do discurso e das proposições do Movimento Moderno sobre a cidade e a moradia, a já então centenária prática de construção de vilas operárias e núcleos fabris por indústrias.

Introdução

No Brasil a construção de vilas operárias e de núcleos fabris por empresas - indústrias, usinas de açúcar, empresas de mineração, ferrovias, etc. - iniciou-se na segunda metade do século XIX, com o surgimento de aglomerações com organização espacial seguindo diretrizes estabelecidas pelo proprietário ou por engenheiros envolvidos no empreendimento. Raramente tais diretrizes se

materializavam na forma de um plano urbano completo e justificado conceitualmente. A partir da década de trinta do século XX assistiríamos a uma inovação significativa na forma de organização desses lugares: a emergência da figura do arquiteto e urbanista elaborando planos urbanos para vilas e núcleos fabris. Tais planos ora revelam uma nítida inspiração no modelo cidade-jardim como é o caso dos núcleos fabris de Harmonia e Lagoa criados pela Klabin no Paraná, ora evidenciam uma forte influência do urbanismo do CIAM como foi o caso da proposta elaborada por Lúcio Costa para Monlevade em Minas Gerais. Tais influências manifestam-se em termos das propostas, da metodologia de projeto e do discurso justificativo das alternativas adotadas. É neste novo contexto que em 1943 o arquiteto Attilio Correia Lima elaborou um parecer - claramente inspirado nas proposições dos primeiros CIAM - sobre o plano da Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores, contendo as diretrizes gerais que julgava deveriam nortear o projeto que havia sido convidado a realizar.

Formado pela Escola Nacional de Belas Artes em 1925 e com especialização no Institut d'Urbanisme de Paris entre 1927 e 1930, o arquiteto Attilio Correia Lima foi um dos mais atuantes urbanistas brasileiros na primeira metade do século XX. Formulou os planos de Goiânia (1933) e de Volta Redonda (1941), um Plano de Remodelação do Recife (1936), além de projetos de arquitetura, entre os quais o do conjunto habitacional de Várzea do Carmo (1938), construído pelo IAPI em São Paulo. Atuou ainda como docente na Escola Nacional de Belas Artes, entre 1931 e 1937. O Parecer para a Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores, elaborado poucos dias antes de sua morte, encerrou esta trajetória profissional, num momento em que revelava uma clara inclinação profissional no sentido da adesão aos postulados dos primeiros Congressos de Arquitetura Moderna acerca da moradia de massa.

A idéia de construir uma Fábrica Nacional de Motores no Brasil consolidou-se a partir de 1938. A fábrica, destinada à produção de motores de avião, seria financiada pelos EUA, voltando-se diretamente para o atendimento das demandas dos Aliados na Segunda Guerra. Para chefiar a Comissão Construtora deste empreendimento militar foi nomeado o brigadeiro e engenheiro aeronáutico Antônio Guedes Muniz. Coerente com a velocidade das medidas logísticas exigidas pela Guerra, rapidamente o projeto foi posto em prática: em 1941 foi obtido empréstimo dos EUA para importações de máquinas produzidas naquele país e em 1944 a fábrica já estava em construção. Articulado a este empreendimento, previa-se a posterior construção de duas outras fábricas, uma de tratores e uma de alimentos pré-fabricados. A última foi justificada por uma suposta necessidade de modificar cardápio alimentar do brasileiro, solidária com o amplo esforço de reforma social empreendido pelo Estado Novo. Do ponto de vista da política modernizadora do Governo Vargas, a Fábrica Nacional de Motores surgia como um passo importante na implantação da indústria de base no país, possível pela peculiar circunstância da Guerra, que oferecia a oportunidade de acesso aos recursos financeiros e às tecnologias indispensáveis.

As dimensões e o caráter deste empreendimento industrial conduziu à opção por uma localização isolada, que exigia a criação simultânea de uma Cidade Operária para o sediar. Eleito o local na cidade, entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, iniciaram-se, já em 1943, a desapropriação dos terrenos necessários. Ao mesmo tempo se definia o programa básico do conjunto: fábrica, centro médico, campo de aviação, hotel, vila de engenheiros com clube e cidade operária, além de um programa de ocupação agropecuária. A projeção inicial era de uma aglomeração com cerca de 25 mil habitantes. No mesmo ano, foi solicitado a Atílio Correia Lima um documento preliminar contendo as diretrizes de um plano para a nova cidade. Sua morte naquele mesmo ano o impediu de concluir o plano, fato entretanto que não reduz a importância de seu Parecer preliminar, enquanto um esforço de traduzir no âmbito do discurso e das proposições do Movimento Moderno sobre a cidade e a moradia, a já então centenária prática de construção de vilas operárias e núcleos fabris por indústrias.

O conceito moderno de moradia de massa

O parecer formulado por Atílio Correia Lima foi acima de tudo uma apaixonada defesa da habitação de massa coletiva, modelo com o qual o arquiteto ganhara intimidade em projetos de conjuntos para o IAPI. A ênfase na defesa de moradias coletivas provavelmente visava se contrapor ao fascínio exercido na época pela casinha unifamiliar com jardim, eleita por amplas parcelas da população letrada como o padrão ideal de moradia para abrigar uma vida familiar saudável, regrada e feliz. A força deste padrão já havia sido claramente revelada ao arquiteto pela opção feita pela direção da CSN em adotá-lo em Volta Redonda. Ao tecer uma série de considerações conceituais acerca do *“conceito moderno sobre o modo de alojar as massas”*, o arquiteto explicita a filiação do modelo de moradia coletiva e de cidade que postula à urbanística do CIAM.

Na sua argumentação em prol da adesão a um novo modo de morar para as massas, Atílio Correia Lima apóia-se no elogio ao progresso técnico e em uma visão evolucionista da história. O *“conceito moderno sobre o modo de alojar as massas”* para o arquiteto, seria uma decorrência do *“desenvolvimento industrial e do progresso científico”*. O arquiteto apela em um primeiro momento, para um caráter revolucionário que atribui à indústria, abolindo *“velhos preconceitos”*, *“sistemas passadistas”* e *“preceitos rotineiros”*; quebrando conceitos como o do Brasil como um país essencialmente agrário; e despertando *“todas as energias latentes”* da nação. Em seguida, defende que a arquitetura e o urbanismo - como tudo o que é *“acessório”* à era industrial - devem seguir este movimento: *“Espírito Novo! Criando indústria nova! Em ambiente novo!”* (LIMA, 1943, 7).

A segunda postura é denunciada pela insistência no uso da palavra “evoluir” e na incorporação da noção biológica de adaptação. Assim, argumenta que o conceito de moradia

evoluiu devido às circunstâncias atuais e que o homem evolui e se transforma continuamente adaptando-se facilmente às inovações do meio social que lhe trazem maior conforto e estabilidade social.

Colocadas as bases justificativas de seu discurso, o arquiteto passa a explicitar sua proposta, iniciando - e concentrando seu esforço retórico - na defesa da habitação de massa coletiva. Neste momento, revela nítidas influências dos discursos em favor da moradia coletiva de massa de Gropius durante o segundo e o terceiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorridos em 1929 e 1930, bem como da noção de cidade-jardim vertical proposta por Le Corbusier no discurso e em projetos urbanos.

Um primeiro argumento mobilizado por Attilio em defesa da habitação coletiva para os trabalhadores foi considerá-la solidária com a organização coletiva do trabalho que caracteriza a ordem industrial e, como tal, beneficiar-se das economias de tempo e dinheiro propiciadas por esta organização. No caso específico de uma cidade operária, nada parecia mais lógico que estender a ordem fabril ao mundo extra trabalho. A moradia coletiva proposta estaria, nesse sentido, em total sintonia com a cooperação no trabalho e a estrutura da F.N.M.:

“Não se justifica que se procure no conceito individualista extremado, a solução do problema, quando toda a atividade do homem civilizado, repousa nos benefícios do trabalho coletivo. Se na sociedade humana todas as atividades estão subdivididas para que cada parcela contribua para o todo. Se tudo é obra da cooperação, porque que somente na habitação vai o homem procurar o isolamento em pequenos feudos, em desacordo com a própria estrutura industrial da F.N.M., onde nada é supérfluo e tudo é solidário” (LIMA, 1943, 5).

A construção de blocos residenciais em série e a permuta do quintal pelo parque seriam o rebatimento no âmbito do lar da cooperação que impera no mundo do trabalho fabril. Proposta tímida se comparada com o discurso de Gropius e Le Corbusier, onde a moradia coletiva para as massas encontrava uma de suas justificativas na idéia de uma organização centralizada de parte das tarefas domésticas. Gropius sugere a criação nos prédios habitacionais de lavanderias coletivas e de cozinhas centralizadas. Esta nova organização dos serviços domésticos é mostrada como necessária à classe trabalhadora, por ser considerada a forma mais econômica, a que permite à mulher um maior ganho de tempo nas tarefas domésticas (favorecendo inclusive o trabalho fora do lar) e a mais solidária com as novas modalidades de família que se difundiam (solteiros, viúvos, divorciados e mães solteiras). A concentração habitacional também era mostrada por estes arquitetos como capaz de melhorar os transportes, reduzindo o tempo e os gastos para o trabalhador, e os custos com infra-estrutura arcados pela sociedade.

A economia com construção e manutenção das habitações obtida com a moradia coletiva foi outra vantagem da moradia coletiva apontada por Gropius e Le Corbusier, igualmente assinalada por Attilio, que também enfatizou os custos decorrentes das baixas densidades inerentes ao

sistema de casas unifamiliares: para os moradores a necessidade de arcar com a manutenção do terreno individual; para a empresa promotora da cidade fabril os altos custos com o “*estabelecimento e a conservação dos serviços de alimentação, abastecimento d’água, esgoto, calçamento, limpeza urbana, parques e jardins, educação e cultura, política e fiscalização*” (LIMA, 1943, 7).

Um segundo argumento utilizado para justificar a opção pela moradia coletiva para os operários foi buscado no avanço que este tipo de habitação estaria alcançando no Brasil dos anos quarenta, superando - segundo Attilio - o preconceito contra ele que até os anos vinte a tornava praticamente inviável:

“Há vinte anos passados, a moradia em habitações coletivas de apartamentos, era considerada como uma verdadeira calamidade. Quem fizesse propaganda da habitação coletiva era execrado. E o povo murmurava: “o brasileiro não se adapta à vida engaiolado”! E no entanto hoje, as confortáveis casa de bairros, em centro de jardins, são demolidas para darem lugar a prédios de habitação para dez, quinze, vinte famílias” (LIMA, 1943, 5)

Com efeito, fatores como mudanças na composição das famílias e busca de redução de custos e trabalho com a manutenção da casa e os serviços domésticos, assim como o amplo esforço empreendido por profissionais ligados ao movimento moderno na arquitetura, contribuíram, no Brasil e em outros países, para uma crescente aceitação pela população da moradia em apartamentos. Deve-se enfatizar entretanto, que ao contrário do que sugeria Attilio, naquela ocasião as reservas contra a moradia coletiva no Brasil ainda estavam longe de serem superadas.

Na década de 1940, um tema bastante discutido entre profissionais brasileiros dizia respeito à opção por casas coletivas ou unifamiliares para famílias de trabalhadores. As moradias coletivas que proliferaram nas grandes cidades desde as últimas décadas do século XIX - cortiços, estalagens, casas de cômodo, casas de pensão, etc - eram vistas por homens letrados como ambientes insalubres e promíscuos que punham em perigo a família. Tais críticas fundamentaram uma forte prevenção contra as habitações coletivas em geral, mesmo contra aquelas de alto padrão construtivo. Enumerando os inúmeros inimigos do “*pudor e do regato feminino*”, o assistente social Francisco de Paula Ferreira recomendava “*que a vida da mulher derive numa atmosfera de discricção e de respeito que só se obtém na habitação individual*” (FERREIRA, 1942, 173). No Primeiro Congresso Pan-Americano de Vivendas Populares, realizado na Argentina em 1939, a casa unifamiliar isolada foi também considerada a solução ideal. No Brasil durante os anos quarenta, as restrições aos prédios de apartamentos estendiam-se aos de classe média, que chegaram a ser definidos como “*cortiços verticais*” (VIANNA, 1942, 137). Entre as

desvantagens apontadas, o barulho dos vizinhos e o hábito de lançar os mais diversos objetos pelas janelas, somavam-se aos altos preços destas moradias.

A assistente social Vicentina Ribeiro da Luz por outro lado, criticou as casinhas com jardim feitas para os pobres em subúrbios distantes, alegando que eram construídas com carinho e “*muito gosto artístico*”, mas que se mostravam inadequadas para aquelas famílias onde as mães trabalham fora e precisam do auxílio de vizinhos. Considerava que os prédios de apartamentos - junto às fábricas e a parques infantis - eram a solução habitacional ideal para o trabalhador urbano. A proximidade da fábrica evitaria a necessidade de condução, o parque infantil substituiria o quintal, as redes de sociabilidade e auto ajuda entre vizinhos - fundamentais à sobrevivência em cortiços e porões - seriam recuperadas (LUZ, 1943, 137-143).

Em outros autores as duas soluções - casas coletivas ou unifamiliares - não surgem como excludentes. O uso de uma ou outra solução foi recomendado, dependendo da localização da moradia na cidade e da situação do morador. Assim, Plínio de Castanhede, recomendava os prédios de habitações coletivas para os empregados do comércio, que precisavam morar em áreas centrais cujos terrenos têm preço alto. Já para os operários de indústrias - localizadas no mais das vezes em subúrbios e áreas rurais - recomendava as casas unifamiliares (CASTANHEDE, 1942, 14).

A proposta de Attilio para a cidade operária da F.N.M. também incorporava as duas modalidades de moradia: casas unifamiliares em meio a jardins particulares para os funcionários mais graduados e apartamentos em prédios coletivos para os demais. Sua adesão aos blocos de apartamentos estava longe de significar considerá-los uma solução geral, postulando que a casa individual isolada continuaria como uma opção viável para as classes remediadas. Também Gropius ao defender as vantagens da moradia coletiva para as massas, salientava que as casas com jardins não deveriam ser abandonadas, uma vez que apresentam inquestionáveis vantagens para “*famílias estáveis*”, com crianças e, especialmente, com disponibilidade de recursos para manter adequadamente as moradias.

A substituição do quintal pelo parque é outra vantagem do prédio de moradia coletiva para o trabalhador apontada por Attilio:

“... é muito mais vantajoso o parque coletivo de grandes proporções, com finalidade recreativa e educativa, bem junto da habitação, do que o lote individual onde o morador não pode, pelo seu padrão de vida, manter um certo nível criando o pitoresco desejável. Muito pelo contrário, recai sempre a propriedade no velho sistema do quintal, depósito de velharias, com aspecto árido e sórdido dos terreiros” (LIMA, 1943, 5-6).

Entre as vantagens do parque também é apontada a substituição do ócio - representado pelo pijama e pelo chinelo - pelo lazer moderno e suas formas de sociabilidade - representados pela camisa esporte.

Um último argumento utilizado em favor da moradia coletiva de massa foi buscado no exemplo de experiências internacionais e nacionais que estavam em curso na época. Cita-se a construção de conjuntos residenciais em blocos uniformes, até mesmo na “*conservadora Inglaterra*”, “*onde o cottage era uma verdadeira instituição nacional*” (LIMA, 1943, 7). No Brasil, menciona-se como exemplos das novas tendências os conjuntos residenciais da Várzea do Carmo e da Vila Heliópolis, ambos construídos pelo Instituto dos Industriários.

Ao longo do texto a casa tradicional vai sendo associada a imagens pejorativas: um pequeno feudo, o quintal sujo, o acúmulo de velharias, o pijama e o chinelo demarcando uma rotina doméstica monótona. Em oposição, o conjunto habitacional emerge no texto associado a uma vida ativa e moderna, em ambiente limpo e ordenado. Além de adequada, a moradia coletiva surge como inelutável. Sua defesa é fundamentada em uma visão da história que a coloca como consequência lógica da cooperação do trabalho industrial, em uma visão do presente que a mostra como a forma mais conveniente às condições de vida dos trabalhadores e em uma visão do futuro onde, através de algumas experiências em gestação, ela surge como tendência inevitável.

Diretrizes para o Plano da Cidade Operária

Explicitadas as bases conceituais de uma proposta de cidade que privilegia a moradia coletiva, Attilio Correia Lima passa a expor as diretrizes para o seu plano urbano. Considera como sistema ideal uma célula habitacional de 70 m² para famílias com cinco membros, localizada em prédios com quatro pavimentos, dispostos com um espaçamento correspondente a duas vezes suas alturas. Neste momento revela-se um distanciamento do modelo de prédios altos defendidos por Gropius, que criticava exatamente os prédios de altura média (3 ou 4 pavimentos), julgando que não ofereciam as vantagens da casa individual nem do prédio alto.

Com relação a parcelamento e sistema viário, a proposta formulada por Attilio consiste na criação de quadras com até 400 metros de extensão, em cujo interior o acesso aos blocos se daria através de lajes cimentadas ao longo de alamedas. A solução é apresentada como vantajosa para o fluxo de tráfego, econômica pela redução do número de ruas e coerente com o conforto do

pedestre, cujos percursos se afastariam das pistas destinadas aos veículos. Esta hierarquização da circulação também incluía a criação de pistas para ciclistas. A separação dos fluxos de pedestres, bicicletas e veículos estava perfeitamente solidária com as recomendações da Carta de Atenas. Ao contrário do que postula este documento entretanto, não se propôs uma diferenciação das ruas entre vias locais e aquelas de tráfego mais intenso e rápido. Este não aprofundamento da hierarquização viária provavelmente deve-se às pequenas dimensões da aglomeração e ao reduzido fluxo de veículos previsto.

A noção de unidade de vizinhança é recuperada na definição da implantação ideal do comércio local a uma distância máxima de 400 metros do consumidor e das escolas a uma distância máxima de 500 metros das moradias dos usuários e de modo que este não precise cruzar vias públicas de tráfego para alcançá-las. Tais critérios entretanto, são submetidos às especificidades da ordem urbana e social de um núcleo fabril. Assim, considerando que o abastecimento seria monopolizado pela F.N.M., o arquiteto julga conveniente centralizar os postos de abastecimento, propondo uma sensível redução no grau de dispersão do comércio local.

As áreas de lazer são demarcadas segundo o tipo de atividade - recreio ativo ou passivo - e de acordo com a idade do usuário - playlot para crianças de até cinco anos, playground para crianças de até 14 anos e playfield para adultos. A quadra tratada como parque incluiria, além de blocos residenciais, as duas áreas de lazer reservadas às crianças, enquanto o playfield, centralizando as atividades desportivas de competição, ficaria em local separado. Neste momento recupera-se a idéia de cidade jardim vertical, consagrada por Le Corbusier na proposta de “Uma Cidade Contemporânea”, de 1922.

Esta segmentação e especialização dos espaços revela, por outro lado, uma tendência predominante na ordem espacial dos núcleos fabris desde o século passado, e que está associada com estratégias de controle dos comportamentos e dos contatos entre os moradores. No plano da moradia tal tendência evidenciava-se na diferenciação das casas - em termos de localização e de projeto - conforme a posição do morador na hierarquia fabril.

No seu Parecer Attilio incorpora esta noção, propondo uma diferenciação das habitações que atenda simultaneamente a demandas simbólicas e funcionais. Assim, as moradias variam em termos de padrões construtivos - de acordo com a posição do morador na hierarquia fabril - e em termos de tamanho - de acordo com o número de membros da família. Dependendo de seus salários, os funcionários teriam acesso a casas diferenciadas em termos de acabamento e conforto: padrão A para pessoal da administração; B para mestres e mecânicos de longo tirocínio; C para operadores, chefes de equipe, ajudantes de mecânico, etc; D para serventes e trabalhadores braçais.

As moradias de padrão B, C e D seriam concentradas em prédios de apartamentos localizados no centro da cidade, enquanto as de padrão A seriam casas unifamiliares dotadas de jardins, em lotes amplos (com pelo menos 18 metros de frente) e com um recuo mínimo da rua de 10 metros.

Tais casas seriam implantadas em terrenos periféricos nas encostas de morros. Mais uma vez, incorpora-se a proposta de Gropius no sentido da recomendação da construção de casas unifamiliares em zonas periféricas. Por outro lado, distancia-se das propostas de Le Corbusier que no seu modelo ideal de cidade - Uma Cidade Contemporânea - reconhecendo que parte da população urbana só pode ‘viver utilmente longe da cidade’, propõe o que chama de “cidade-jardim” nos subúrbios. Entretanto, a habitação sugerida para este local está longe da casa unifamiliar convencional: a moradia que denomina “alveolar”, é composta de casas sobrepostas em três pavimentos, dotadas de um terraço de cinquenta metros quadrados que substitui o jardim convencional (LE CORBUSIER, 1992).

Na proposta da cidade operária da F.N.M. os prédios de apartamentos se diferenciariam conforme o padrão construtivo e comportariam apartamentos de diferentes tamanhos de acordo com o número de membros das famílias. Sob o último aspecto teriam sala, cozinha, sanitário e um, dois ou três quartos. As dimensões dos cômodos são reduzidas: sala com 12 m²; quartos com 12 ou 10 m² e cozinhas com 10 m². Assim, apenas os modelos maiores chegam aos 70 m² preconizados por Atílio Correia Lima como ideal para famílias com 5 membros, enquanto os menores ficariam em torno de 35 m².

Embora o arquiteto não recorra ao conceito de moradia mínima, tais dimensões correspondem aos padrões mínimos discutidos na época. Através da discussão do conceito de moradia mínima - tema do CIAM de 1929 - buscou-se delinear um novo padrão de moradia de massa. A moradia mínima foi definida como capaz de conciliar boas condições de higiene e com áreas e custos mínimos. Le Corbusier, mobilizava a noção de “justa escala humana”, postulando 45 m² como suficientes para uma família de 6 pessoas. Gropius defendia que o tamanho da casa deveria ser reduzido inclusive para se compatibilizar com as mudanças ocorridas na família, entre as quais situava a redução do número de membros, a diminuição da duração família, a igualdade sexos e a limitação das funções da família, muitas das quais - como cuidar crianças, velhos e doentes - estariam sendo assumidas pelo estado. A “residência mínima” também foi objeto de reflexões no Brasil. O engenheiro Baptista de Oliveira, em 1943, definia esta moradia como fruto da “*racionalização de todos processos vitais que se compreendem no conceito habitar*”. Sua necessidade era justificada pelo empobrecimento da maioria da população, pela superpopulação das cidades, pela crise de habitação e pelo desmembramento da família - formando unidades cada vez menores. Com área variando entre 40 a 70 m² - dependendo do tamanho da família - deveria, segundo o autor, satisfazer a requisitos de higiene e privacidade - criando quartos isolados para crianças, casais e solteiros adultos. Fruto de “*espírito técnico-econômico*” dela, conforme Oliveira, “*todos os elementos supérfluos são suprimidos*” (OLIVEIRA, 1943, 61-63).

Aos solteiros Atílio Correia Lima destina alojamentos. Aos melhores situados na hierarquia fabril - padrão A e B - reserva-se um hotel com quartos de 10 m², banheiros para cada dois quartos e sala de estar; aos demais - padrão C e D - reserva-se dormitórios para duas e quatro

pessoas, com sanitários coletivos. Em ambos os casos as refeições seriam realizadas fora. A criação de moradias específicas para solteiros atende a questões econômicas e também a preocupações de ordem moral. Na história dos núcleos fabris, os solteiros sem família no local desde o século XIX eram tratados como um problema de ordem pública, havendo um empenho especial dos patrões em mantê-los ao máximo afastados das famílias operárias. Tal empenho se revelava na criação de regulamentos que restringem seu acesso às moradias dos trabalhadores - proibindo a coabitação e restringindo as visitas -, na criação de alojamento para abrigá-los, no controle do uso de espaços públicos por eles, ou até mesmo determinando sua moradia fora dos limites do núcleo fabril.

Observa-se que as diretrizes fixadas por Attilio Correia Lima para a cidade operária da F.N.M. comportam uma leitura específica da urbanística do CIAM, especialmente do discurso de Walter Gropius. Tais diretrizes conciliam princípios desta urbanística com demandas específicas colocadas pelo contexto brasileiro da época e pelo programa definido pela F.N.M. Se em termos do discurso o arquiteto brasileiro mostra uma inquestionável fidelidade a paradigmas consagrados pelos primeiros CIAM, na formulação de propostas faz sucessivas concessões de modo a compatibilizar suas proposições com as prioridades do cliente.

O núcleo fabril como laboratório de experimentos no campo da habitação e do urbanismo

Após a morte de Attilio Correia Lima um novo projeto, concluído em 1945, para a Cidade Operária da F.N.M. foi formulado pelos arquitetos Paul Lester Wiener e Josep Lluís Sert. Como mostra Francisco Carlos Gimenes, embora seguindo as diretrizes gerais sugeridas por Attilio, este novo projeto trás alterações significativas, entre as quais a utilização de forma mais rigorosa do conceito de segregação das funções e a proposta de criação de um centro cívico. O projeto segue fielmente recomendações da Carta de Atenas: estabelece uma hierarquização do sistema viário e organiza a habitação em unidades de vizinhança com moradias - prédios de apartamentos e edifícios-dormitórios para solteiros - e serviços básicos, entre os quais escola elementar, jardim de infância, clube e dispensário. O centro cívico proposto é composto por três setores: área esportiva com estádio e campo de futebol; um centro comercial e de diversões com restaurante central, passeio público para pedestres e bicicletas, praça, mercado central, armazém, hotel, cafeteria, bar, cinema-teatro, prédio administração, agência bancária, e correios; e um centro cultural com biblioteca, área para exposição, escola e igreja (GIMENES, 1998).

O fim da Guerra, entretanto, viria a contribuir para um total redirecionamento do empreendimento. Tal redirecionamento significou em primeiro lugar, uma alteração radical do destino das instalações fabris. O acordo de cooperação entre os governos dos EUA e do Brasil

que viabilizaria a implantação da fábrica de motores de avião foi cancelado. Em seguida, a fábrica foi convertida em sociedade anônima, enquanto o projeto de produzir motores de avião era abandonado. Quando a F.N.M. começou a funcionar em 1947, suas atividades voltavam-se à realização de serviços de revisão e testes de motores para a Aeronáutica e à montagem e produção de veículos rodoviários e peças sobressalentes. Em 1949, fez contrato com a Isotta e em 1950, após a falência desta, com a Alfa-Romeo, para produzir chassis e montar caminhões e ônibus (GIMENES, 1998).

Também as metas em relação à cidade operária foram redefinidas. As propostas urbanas formuladas por Atílio Correia Lima e por Lester e Sert foram abandonadas. A localização isolada da fábrica exigiu a criação de um núcleo fabril. Este entretanto foi edificado de forma completamente diversa dos projetos anteriormente formulados. Ainda nos anos quarenta iniciou-se a construção de duas vilas operárias (Vila José Maria e Vila Nossa Senhora das Graças), de uma vila dos engenheiros e de equipamentos e serviços complementares - escola, igreja, cooperativa, mercado, armazém, farmácia, postos médicos e dentário, hotel, etc. As vilas compõem-se de casas unifamiliares com jardins, atendendo ao gosto predominante da época e em nada diferenciando-se das inúmeras vilas suburbanas suas contemporâneas, criadas por fábricas para seus operários ou por institutos de aposentadoria e pensões. De acordo com a tendência então dominante, adotam a casinha com jardim, modelo consagrado pelos médicos e renovadores sociais do século XIX, que foi amplamente promovido nos núcleos fabris.

Mesmo considerando esta total reversão da ação entre o momento de elaboração dos projetos urbanos e a execução das obras, o caso da Cidade Operária da F.N.M. não deixa de revelar o caráter do núcleo fabril como laboratório de experiências no campo da arquitetura e do urbanismo. Caráter que se firma desde o século XIX em experiências européias como Bournville e Port Sunlight com seus planos de cidade-jardim, ou como New Lanark com seu violento esforço de neutralização e esvaziamento dos espaços públicos. Tal caráter deve-se naturalmente à autonomia dos empreendedores, permitida na medida em que a empresa é proprietária da “cidade”. Tal autonomia vai estender-se de forma relativa aos urbanistas, quando estes são chamados a colaborar nestes empreendimentos. A proposição de alternativas de desenho urbano inovadoras, tendia a ser bem recebida, desde que coerentes com a lógica fabril, inclusive em relação aos requisitos de economia, e com a imagem de modernidade que a indústria busca incorporar.

O projeto da Cidade Operária da F.N.M. demonstra estas possibilidades ao revelar-se como uma das primeiras propostas de cidade no Brasil que incorpora amplamente recomendações dos primeiros CIAM - presentes tanto no Parecer formulado por Atílio Correia Lima, como no projeto de Lester e Sert. A reversão da finalidade da fábrica e a alteração nas suas fontes de financiamento, haveriam de redefinir o caráter e a magnitude do empreendimento. O projeto

urbano não deixaria de ser atingido, com uma radical redução de dimensão, complexidade e custos, em meio à qual se volta para a adoção de soluções mais usuais e despretenciosas.

Bibliografia

- CASTANHEDE, Plínio de. O problema da habitação sob o aspecto econômico-financeiro. Revista de Organização Científica, IDORT, Ano XI, N. 126. São Paulo, junho de 1942. Pp. 13-15.
- FERREIRA, Francisco de Paula. A habitação e a moral. Revista do Arquivo Municipal, Ano VII, V. LXXXI. São Paulo, jan-fev de 1942.
- GIMENES, Francisco Carlos. A Cidade dos Motores. Três Projetos. SAP-EESC-USP, São Carlos, 1998. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- GROPIUS, Walter. Os fundamentos sociológicos da moradia mínima (para a população trabalhadora da cidade). In: AYMUNINO, Carlo. La vivienda racional. Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona, Gustavo Gili, 1973.
- GROPIUS, Walter. Construção baixa, média ou alta? In: AYMUNINO, Carlo. La vivienda racional. Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona, Gustavo Gili, 1973.
- LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- LE CORBUSIER. Os Três Equipamentos Humanos. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- LE CORBUSIER. A Carta de Atenas. São Paulo, Eduso-Hucitec, 1993.
- LIMA, Atílio Correia. Plano da Cidade Operária da F. N. M. in: Arquitetura, n 14. Rio de Janeiro, agosto de 1963. pp. 3-9.
- LUZ, Vicentina Ribeiro. Habitação ideal ao trabalhador manual. Como resolver o problema dos porões e cortiços dos bairros do Braz e da Moóca. Revista do Arquivo Municipal. Ano VII. São Paulo, março-abril de 1943. pp 137-143
- OLIVEIRA, F. Batista de. Residência Mínima. Revista de Organização Científica, IDORT, Ano XII, N. 135. São Paulo, março de 1943. pp.17-18.
- VIANNA, Jacy Coutinho. O ideal da Habitação coletiva. Revista do Arquivo Municipal, Ano VII, V. LXXXI. São Paulo, jan-fev de 1942.

Currículo

Arquiteta pela UFPE, Mestre pelo MDU-UFPE e Doutora pela FAU- USP. Professora e pesquisadora de História da Arquitetura e do Urbanismo da EESC-USP Autora do livro Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão. (Campinas, Ed. Papyrus, 1998)

Endereço

Rua Victor Manuel de Souza Lima, 328, apt 56
Santa Mônica, São Carlos, São Paulo. CEP: 13561-020
Telefone: 016-2719909 ou 016-9841715
e-mail: tcorreia@sc.usp.br